TRATAMENTO MÉDICO

Dr. João comemora início do processo de compra de medicamentos à base de canabidiol

Serão atendidos os pacientes com processos já judicializados

Assessoria

O deputado estadual Dr. João (MDB) comemorou a publicação por parte da Secretaria de Estado de Saúde (SES), nesta semana, do aviso de licitação, na modalidade pregão eletrônico (002/2023), para aquisição dos medicamentos à base de canabidiol. O parlamentar, que também é médico, disse que muitos mato-grossenses irão se beneficiar e ter uma melhor qualidade de vida enquanto lutam contra doenças crônicas.

Dr. João parabenizou o secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo e a ex-comandante da Pasta, Kelluby Oliveira, por estar colocando em prática a Lei 11.883/2022, de autoria do deputado Estadual Wilson Santos (PSDB) e que tem como coautores os deputados Dr. João e Lúdio Cabral (PT).

"É uma medicação muito importante para doenças crônicas, temos crianças que são convulsivas por longo período, que se beneficiam com este tipo de tratamento", destacou Dr. João.

Neste primeiro momento, serão atendidos os pacientes que estão com seus processos já judicializados. Porém, espera-se que este seja o primeiro passo para que a distribuição do medicamento, mediante receita médica, seja mais rápida para os pacientes que necessitam.

> É uma medicação muito importante para doenças crônicas

"Que essa lei logo, logo, esteja disponível para todo o povo mato-grossense, vai ser muito importante para nossa sociedade", pontuou Dr. João.

Medicamentos à base de canabidiol são indicados para pacientes com "condições médicas debilitantes", como câncer, mal de Parkinson, hepatite C, doença de Crohn, transtorno de espectro de autismo (TEA) severo, esclerose lateral amiotrófica, epilepsia entre outras doenças crônicas.

"É um importante passo. Queremos que os medicamentos à base do canabidiol cheguem para todas as pessoas com doenças crônicas e que detenham receituário médico para uso destes produtos. Mas, a licitação já demonstra o interesse do Governo em cumprir a determinação legal", explicou o deputado Wilson Santos.

O edital já está disponível no Portal de Aquisições do Governo, "onde será realizada a sessão pública e todas as operações relativas ao certame".

FOTO: JLSIQUEIRA / ALMT)

Deputado estadual Dr. João (MDB)

Projeto passou na AL e garantiu pagamento da RGA

REAJUSTE

AL aprova RGA de 5,79% aos servidores de MT

O projeto segue agora para sanção do Governador Mauro Mendes

LUCAS RODRIGUES / Secom - MT

A Assembleia Legislativa aprovou o projeto do Governo de Mato Grosso que garante a Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores em 2023. A aprovação ocorreu na tarde da última quarta-feira, 11 e agora segue para sanção do governador Mauro Mendes.

A RGA cobrirá 100% da inflação acumulada no ano de 2022, que é de 5,79%. Esse percentual foi calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e será pago a todos os servidores efetivos e comissionados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas.

"Agradeço aos deputados da base pelo apoio a esse importante projeto, que garante a manutenção do poder de compra aos nossos servidores. Assim como o salário em dia no mês trabalhado, a RGA é um compromisso que temos cumprido com o funcionalismo", afirmou o governador Mauro Mendes.

A Revisão já será paga no mês de janeiro, assim como ocorreu em 2022.

Compromisso com o servidor - Desde o primeiro mandato do governador Mauro Mendes, ainda em 2019, o Governo de Mato Grosso consertou as finanças e retomou o pagamento dos vencimentos dos servidores para todo dia 30 do mês trabalhado.

> RGA é um compromisso que temos cumprido

0 13º salário também passou a ser pago rigorosamente em dia. Aos servidores efetivos, metade do direito já é antecipado no meio do ano.

Outra facilidade foi a criação da possibilidade de tirar férias em até três períodos, cabendo ao servidor organizar seu descanso da forma mais conveniente.

As diárias, que antes eram diferentes dependendo do cargo do servidor, passaram a ser igualitárias e foram reajustadas. Direitos trabalhistas pendentes de pagamento de 2007 a 2019 foram quitados: mais de R$ 77,1 milhões pagos aos servidores que tinham esse direito.